

POBRES SÃO OS OUTROS: DESIGUALDADE SOCIAL E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

POOR ARE THE OTHERS: SOCIAL INEQUALITY AND PRODUCTION OF MEANINGS

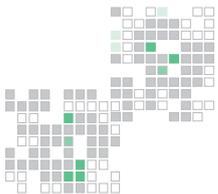
POBRES SON LOS DEMÁS: DESIGUALDAD SOCIAL Y PRODUCCIÓN DE SIGNIFICADOS

Daniela Savaget Barbosa Rezende

■ Doutora em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz. Seus trabalhos mais importantes são: “Aids: do preconceito à mobilização e a uma outra informação na mídia jornalística” (2016) e “As representações e os sentidos do silêncio nas experiências de mulheres vivendo com HIV e aids” (2014).

■ E-mail: danielasavaget@gmail.com

145



RESUMO

Tendo o Campo da Comunicação e Saúde como lugar de ancoragem, apresentamos resultados de uma pesquisa de doutorado que se empenhou em observar a pobreza e as desigualdades sociais em saúde sob a ótica da produção social dos sentidos. Na pesquisa foram analisados discursos de três núcleos produtores de sentidos sobre a pobreza: o Estado, a Mídia e a População. O foco deste artigo recai sobre a População, que abrangeu dois grupos com vivências da pobreza, expressas respectivamente por “contação de histórias” e fotografias. Existem convergência de sentidos entre Mídia e Estado, porém dissonantes dos atribuídos pelo núcleo População.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO E SAÚDE; DESIGUALDADE SOCIAL; POBREZA; PRODUÇÃO SOCIAL DOS SENTIDOS.

ABSTRACT

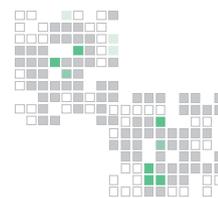
Based on area of Health and Communications, as an anchoring place, we present results of a doctoral research, whose objective was to observe poverty and social inequalities in health from the social production of the senses. In the research speeches from three nuclei producing meanings about poverty were analyzed: the State, the Media and the Population. The focus of this article is on Population, which included two groups with experiences of poverty, expressed respectively by “storytelling” and photographs. There is a convergence of meanings between the Media and State, although not in line with those attributed by Population nucleus.

KEYWORDS: COMMUNICATION AND HEALTH; SOCIAL INEQUALITY; POVERTY; SOCIAL PRODUCTION OF THE SENSES.

RESUMEN

Con base en el campo de la Comunicación y la Salud, presentamos los resultados de una investigación doctoral, cuyo objetivo fue observar la pobreza y las desigualdades sociales en salud desde la producción social de los sentidos. En la investigación se analizaron discursos de tres núcleos que produjeron significados sobre la pobreza: el Estado, los Medios y la Población. El centro de este artículo es la Plobación, que incluyó dos grupos, expressadas mediante “narraciones” y fotografías. Existe una convergencia de significados entre los Medios y el Estado, aunque no em línea con los atribuidos por el núcleo de Población.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN Y SALUD; DESIGUALDAD SOCIAL; POBREZA; PRODUCCIÓN SOCIAL DE LOS SENTIDOS.



1. Uma tese, um tema, um recorte. Aproximações.

Neste texto buscamos discutir alguns dos resultados da tese *A Construção Simbólica da Miséria e dos Miseráveis: Estado, Mídia e População*, defendida em 2019 na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)¹. Tendo o campo da Comunicação e Saúde como ancoragem, buscamos estabelecer e qualificar a relação da dimensão simbólica da pobreza/miséria com as desigualdades sociais em saúde. Isso se traduziu no empenho em compreender as representações e os sentidos produzidos sobre a temática, tendo em vista que o cenário atual referente à pobreza/miséria tem uma forte dimensão econômica, política e social, mas também uma dimensão simbólica, que é constitutiva da construção social dos sentidos.

A pobreza e a fome estão entre os maiores desafios que o mundo enfrenta, objeto de políticas globais e setoriais e seu enfrentamento requer políticas e ações tanto no nível das organizações mundiais como no dos países. No ano 2000, convocados pela Organização da Nações Unidas (ONU), diferentes países se comprometeram a uma parceria global para reduzir a pobreza extrema - miséria - em uma série de oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com um prazo para o seu alcance em 2015. Visando dar continuidade ao trabalho, no dia 25 de setembro de 2015 foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas (ONU, 2015).

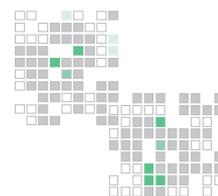
Nesse contexto, o Brasil criou metas próprias para a superação da pobreza. Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal - sob o slogan “País Rico é País Sem Pobreza” - lançou o Plano Brasil Sem

Miséria (PBSM), com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. A perspectiva de enfrentamento da miséria no Brasil não teve início, entretanto, com o lançamento do PBSM. Paes-Sousa (2013) lembra que, no início de 2011, o Brasil já se encontrava em expansão de cobertura de serviços de assistência social. Duas iniciativas orientaram esse processo: “a implementação do Sistema Único da Assistência Social (Suas) e a cobertura plena do Programa Bolsa Família, que transfere renda com condicionalidades nas áreas de educação, saúde e assistência social” (Paes-Sousa, 2013, p. 4). Mais além na história recente das ações contra a fome e a pobreza, encontraremos O programa Fome Zero, do governo Lula, que por sua vez já estava ancorado em iniciativas da sociedade civil.

Sendo um fenômeno multidimensional, o enfrentamento da pobreza requer diferentes campos de conhecimento. Queremos destacar sua dimensão simbólica, que remete à produção de sentidos sobre a pobreza extrema (que aqui trataremos como equivalente a miséria) e, consequentemente, sobre os pobres. Instituições e agentes sociais produzem e reproduzem em seus discursos sobre a pobreza suas concepções sobre o que a constitui e suas consequências e interrelações. Partindo da premissa de que discursos constroem realidades, pelo seu modo de enunciação, assumimos como pressuposto de que a dimensão simbólica da miséria é constitutiva da miséria, tal como a percebemos. Pessoas e instituições agem sobre o mundo a partir dos sentidos que atribuem a esse mundo.

A dimensão simbólica de miséria é objeto de estudo da comunicação e, considerando que a pobreza e a fome são indissociáveis da saúde, no sentido de que integram (no seu verso e reverso) o processo de determinação social da saúde (DSS) (Buss; Pellegrini Filho, 2007), é objeto de interesse do campo específico da Comunicação e Saúde.

¹ A tese teve a orientação da prof.a dra. Inesita Soares de Araujo e foi defendida no PPGICS – Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde, do ICICT – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde.



A dimensão comunicacional se expressa de muitas formas. Queremos enfatizar a produção da invisibilidade e das formas de visibilidade, que se relacionam estreitamente com as formas de produção da (in)existência de que nos fala Boaventura Santos (2004) e com as formas do silêncio, segundo Orlandi (2007). A invisibilidade de pessoas e grupos e o silenciamento de suas vozes, sendo ao mesmo tempo causa e consequência da pobreza, deveriam ser incluídos entre as DSS, pois são processos comunicacionais que concedem, modalizam ou negam as identidades e os lugares de interlocução. Existem diferentes modos de produção do fenômeno de visibilidade/invisibilidade, mas entendemos que todas eles têm uma forte dimensão política, cultural e comunicacional, repercutindo no planejamento, efetivação e avaliação das políticas de saúde da população. Consideramos o termo visibilidade sob uma perspectiva social, pela qual a invisibilidade reflete diferentes manifestações, por um lado de uma prática política e comunicacional baseada em estratégias concentradoras da palavra (Araujo, 2002), por outro de um consequente sofrimento político, especialmente das populações mais pobres.

A condição de invisibilidade resultante dessa prática representa barreiras para que possam ter uma existência pública reconhecida, serem considerados cidadãos e sujeitos de direitos:

A visibilidade é determinante na construção e manutenção do lugar de fala dos indivíduos no espaço público e no mercado simbólico (Bourdieu, 1982; Araújo, 2003) das práticas e políticas de saúde. Sem ela, não há participação. Sem participação, não há cidadania. Sem cidadania, não há saúde (Araujo; Moreira; Aguiar, 2012, s/p).

A pobreza – produto e testemunho das desigualdades sociais – está assim, associada por sua

dimensão simbólica (que não se esgota no aspecto da invisibilidade) à comunicação e à saúde. Este artigo objetiva enfocar, no contexto dessa relação, alguns contornos da produção simbólica sobre a pobreza/miséria entre grupos sociais que vivem essa realidade, particularmente em contraposição aos sentidos que atribuem a esse fenômeno a Mídia e o Estado. Os dispositivos midiáticos foram examinados através de dois órgãos da imprensa escrita e os dispositivos governamentais através de documentos de governo, conforme detalharemos adiante.

2. Os alicerces teóricos

Na pesquisa de tese, os eixos teóricos de sustentação vieram de autores que tratam da linguagem em sua perspectiva social e cultural. Bakhtin (1992), Orlandi (2007), Foucault, (2010), Pinto (1999) e Araujo (2002). Linguagem como arena, constitutiva pelo dizível e pelos silêncios, a relação entre discurso, poder e exclusão, a constutividade dos contextos e a comunicação percebida como um grande mercado simbólico. Foi possível, por eles, perceber a construção discursiva dos sentidos da pobreza. Queremos, porém, ressaltar aqui dois autores cujas ideias foram fundamentais para a percepção das discursividades dos grupos participantes.

De Boaventura de Sousa Santos (2004) trouxemos a ideia das ecologias, no escopo das “Epistemologias do Sul”, que se opõem ao que ele chama de monoculturas, ou lógicas dominantes no pensamento ocidental, que estão fortemente na base dos modelos de desenvolvimento e dos modos de produção de conhecimento reconhecidos como legítimos. Essas monoculturas são todas formas de produção da inexistência das pessoas, grupos e seus saberes e fortalecem os poderes numa sociedade ordenada pelo capitalismo, o patriarcalismo e o racismo. Estão, portanto, intimamente vinculadas ao tema das invisibilidades e das desigualdades.

As ecologias valorizam outros saberes e modos de existência produzidos pelos invisibilizados. As ecologias dos saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos, das trans-escalas e das produtividades, ao chamarem atenção para outras formas possíveis e legítimas de convivência em sociedade, ajudam a perceber pessoas e sentidos que são clandestinizados pelos processos discriminatórios.

Neste estudo, privilegiamos as ecologias das temporalidades e dos reconhecimentos. Sobre as temporalidades, Santos (2004) nos faz ver que a compreensão do mundo e a forma como o poder é por ele criado possuem relação direta com o tempo e com a temporalidade. A concepção ocidental de racionalidade contrai o presente e expande o futuro. Esse processo torna invisível a imensa diversidade de experiências do mundo e no mundo, negando reconhecimento à existência de determinados grupos.

Santos propõe uma trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Oferece uma sociologia das emergências, que valoriza as experiências humanas ditas “pequenas”, mas com capacidades de provocarem grandes transformações. A ecologia dos reconhecimentos propõe uma nova articulação entre os princípios da igualdade e da diferença, abrindo espaço para possibilidades de reconhecimento do Outro e de reconhecimento recíproco, que respeitem o direito de ser igual (ser diferente gera inferiorização) e de ser diferente (igualdade descaracteriza as especificidades dos contextos) (Santos, 2004). Para reconhecer e compreender os sentidos da pobreza por meio dos que nela vivem, precisamos relativizar o tempo linear e valorizar outras temporalidades.

De Milton Santos (2002; 2006) nos apropriamos do conceito de território, que para ele é uma categoria central que engloba as características físicas de uma área e as marcas do homem, sendo formado pelo conjunto do substrato físico e mais o seu uso, a base técnica e mais as práticas sociais.

O território integra as minúcias, que “não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas” (Santos, 2002, p.43). Porém, em tempos nos quais as políticas sociais – ainda que esforçadas por apresentar visões multidimensionais da pobreza –, enfocam quase exclusivamente a renda, pensar a pobreza pela perspectiva territorial é um grande desafio.

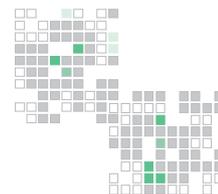
3. Os caminhos²

Com uma perspectiva metodológica ancorada na produção social dos discursos, adotamos diferentes procedimentos para cada núcleo estudado:

1) Núcleo Estado: análise discursiva de documentos oficiais referentes ao tema, selecionados por uma revisão dos documentos institucionais referentes à pobreza extrema. Foram contemplados o Estratégia Fome Zero (inicialmente denominado Projeto Fome Zero) e o Plano Brasil Sem Miséria

2) Núcleo Mídia: análise discursiva de jornais da grande imprensa, com edição impressa, especificamente O Estado de Minas (Belo Horizonte/ Minas Gerais) e O Diário de Pernambuco (Recife/Pernambuco). Os critérios foram: jornais das mesmas regiões/cidades dos sujeitos da pesquisa; circulação e importância regional; linha editorial com espaço para a cobertura dos fatos relativos à miséria e seu enfrentamento; acesso a arquivos online. A busca pelas matérias seguiu o roteiro: termos Fome Zero e Plano Brasil Sem Miséria, no período do lançamento dos planos; palavras-chave: Miséria, Pobreza, Desigualdade, Favela, Fome, e População em Situação de Rua. O período de julho de 2018 para as palavras-chave citadas foi escolhido por ser um período pré-eleitoral dentro da temporalidade da pesquisa, na premissa de que esses temas seriam retomados,

² A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Instituto René Rachou (Fiocruz/MG).



permitindo uma perspectiva mais atualizada da produção simbólica referente.

3) Núcleo População. Para análise discursiva deste núcleo, trabalhamos com textos produzidos por pessoas com condições consideradas de pobreza extrema. Optamos por pessoas que moram em Belo Horizonte (em situação de rua) e em Recife (de periferia urbana). A escolha de Recife foi guiada pelo critério de principal cidade da região mais pobre do país e uma das cidades com mais desigualdade social do mundo. Buscamos, então, o contraponto, o Sudeste, mas que pelas estatísticas ocupa o segundo lugar em número de habitantes em estado de pobreza extrema. Belo Horizonte foi escolhida pelo critério de conveniência, uma vez que é a cidade onde temos residência.

Os textos vieram de conversas com pessoas desses grupos. A metodologia previu um processo intensivo de interlocução sobre o tema em cada local, que chamamos de movimentação de sentidos, no qual se destaca a “contação de histórias”. Os integrantes desses dois grupos foram estimulados a narrarem suas histórias de vida e as percepções que possuem das interseções entre saúde e miséria.

Num segundo momento, parte dessas pessoas recebeu, individualmente, uma máquina fotográfica descartável. Foram estimulados a fotografar situações e cenas que estabelecessem interface com as histórias narradas e as temáticas Pobreza, Comunicação e Saúde. Após a reprodução das imagens, elas foram apresentadas aos grupos para debate.

A análise foi concretizada em cinco movimentos que incidiram sobre os textos dos três núcleos. 1- contextualização; 2- descrição/caracterização dos enunciados; 3- análise dos textos e imagens, com destaque para as palavras plenas e instrumentais (Maingueneau, 1997) e para os silêncios (Orlandi, 2007); 4- identificação de segmentos semânticos de sentidos associados à pobreza e à

miséria e visualização de encadeamentos específicos aos núcleos; 5- construção de Mapas Temáticos sobre a pobreza.

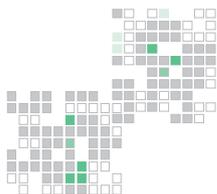
4. Os achados

Miséria e pobreza são resultantes de muitas ordens, sendo uma delas a simbólica. Como tal, são objeto de uma permanente negociação de sentidos, que circulam por meio de discursos que emanam de interesses, consolidando as relações de poder da sociedade. Essas relações foram evidenciadas, na pesquisa, pelos dispositivos discursivos de produção de sentidos, inferidos pela análise de textos dos três núcleos.

Nessa disputa de sentidos, a voz autorizada é a do Estado e a Mídia atua na sua visibilização. Ela reconstrói a abordagem da pobreza sem, no entanto, alterar o discurso dos documentos do Estado, estruturado pelo seu contexto de documento técnico, político e econômico. Essa constatação associa-se à percepção de que, confirmando a proposição de Foucault (1986, p.62), o discurso “é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”.

A palavra plena “fome” está presente em vários lugares dos documentos do Programa Fome Zero, a exemplo de “A fome segue matando a cada dia, ou produzindo desagregação social e familiar, doenças, desespero e violência crescente” (BRASIL, 2010a, p. 12). Os textos relacionam as causas da fome e pobreza a fatores da estrutura histórico-cultural do país: a concentração de renda e o desemprego. Nessa busca pelo combate à fome e à pobreza, as demais palavras plenas do documento são, assim, renda e emprego. O Brasil Sem Miséria segue a mesma lógica e assinalamos eixos temáticos que estruturam ambos de forma transversal: a miséria e a pobreza são produtos da falta de dinheiro, da fome e da falta de acesso a serviços públicos; e a fome é produto da concentração de renda.

Os jornais reforçam esses pontos, nas editorias



de Política, Economia/Negócios, Brasil, Internacional ou no próprio Editorial/Opinião. Nas matérias que dizem respeito ao Plano Brasil Sem Miséria e ao Fome Zero, as editoriais principais são Política, Economia e Brasil e as fontes são, em sua maioria, outras agências de notícias, como a Agência Brasil. Tal fato reforça o atributo de voz autorizada dessas matérias.

Assim como nos documentos oficiais, nos jornais pode ser observada uma tensão entre assistencialismo e autonomia, nas discussões que põem em cena os direitos humanos e as injustiças sociais, mas a ênfase é sempre pela solução econômica.

A presença de abordagens similares em textos de gênero distintos, caracteriza um processo de recíproca “contaminação discursiva”, muito como decorrência dos contextos de produção dos sentidos (Pinto, 1994).

Outra similitude entre os núcleos Estado e Mídia é tratar as pessoas pobres como objetos de seus discursos. Sua presença se dá em fotografias que ilustram as matérias dos jornais ou os planos e relatórios dos governos, excetuando-se quatro reportagens do Estado de Minas e Diário de Pernambuco que deram voz a essas pessoas, por exemplo:

A Cemig (companhia energética de Minas) levou minha geladeira velha embora e me deu essa nova há mais ou menos dois anos, quando a energia elétrica chegou em minha casa. Já o banheiro foi construído há cinco anos. Antes, precisava ir ao mato. O banho era no rio. Agora está um pouco melhor, mas emprego que é bom... (ESTADO DE MINAS, 06/01/2013).

Da primeira leva do programa, a mulher que impressionou Lula por sua pobreza diz que o Bolsa Família “mudou bastante” sua vida, mas reclama da situação atual. As despesas de água e luz representam cerca da metade dos R\$ 140

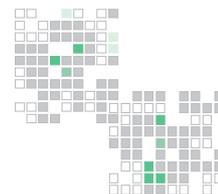
que recebe. A outra parte não é suficiente para comprar comida para o mês inteiro. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/05/2015).

As análises que procedemos nesses foram o contraponto do olhar lançado sobre o terceiro núcleo: a População. No Estado e na Mídia, a miséria surge como uma extensão da pobreza na sociedade nos aspectos econômico e social. Em contraposição, nos relatos dos participantes do núcleo População, elas apresentam-se como sinônimos e revelam sentidos indivisos uns dos outros: “Pobreza é miséria, né? Quem passa fome, quem não tem o que comer é pobre, ou muito pobre, miserável” (Leo). Ou ainda nessa outra fala: “A miséria é uma pobreza acentuada” (Maria).

A exacerbação de sua diferença ocorreu em discursos do Estado, de forma localizada na referência a dados quantificáveis sobre a renda das populações consideradas miseráveis. É justamente a renda que emerge como um elemento de destaque nos discursos estudados. A renda é o índice mais utilizado por políticas públicas na área social e econômica. Mas, nos fazendo ver que não há homogeneidade discursiva monolítica, mesmo quando os discursos se apresentam mutuamente constitutivos, nos discursos da População a situação se apresenta diferentemente.

Os participantes da pesquisa não fazem uso do critério renda para caracterizar a pobreza ou a miséria. O discurso deles, que elege outros parâmetros, encontra similitude em alguns trechos dos próprios documentos oficiais que, ainda que elegendo a renda como critério de qualificação para se ser beneficiário dos programas, problematizam em alguns aspectos a exclusividade desse valor para definição de pobreza ou miséria, com base em teorias que questionam a unidimensionalidade do conceito, versus a complexidade de problemática.

Outro ponto observado no núcleo População envolve a noção de “território”. Os espaços



em que essas pessoas se reúnem enquanto coletividades (O Centro de Acolhimento à População em Situação de Rua, no caso de Belo Horizonte, e a Comunidade do Coque, no caso de Recife) funcionam como lugares de afetos que conferem certa visibilidade e direitos sociais. Elas são vistas nesses espaços e neles têm direito a voz. Entretanto, quando elas ultrapassam as fronteiras, ocorre a produção de uma visibilidade ao avesso. Isso porque, historicamente, a hiper- visibilidade dada à pobreza por meio da naturalização de alguns sentidos que correlacionam pobreza- mendigo; pobreza-doença; pobreza- marginalidade, favela-pobreza e rua-pobreza -, reconstituída, inclusive, em discursos midiáticos, repercute negativamente sobre a pobreza e a pessoa pobre, recobrando-a com um estigma que a anula enquanto indivíduo e a constitui enquanto estereótipos.

O estigma decorre da cristalização de preconceitos e acaba por gerar um efeito contrário ao da própria visibilidade. Assim, talvez como uma reação de autoproteção, muitas vezes os sujeitos de nossa pesquisa consideram “pobre” o Outro. A seguinte fala reforça tal perspectiva: “Estar na rua pode ser muito melhor do que estar em casa. Não tenho carência. Não me falta nada: tenho roupa, comida, sapato, até atendimento jurídico se eu precisar, peço ajuda no Centro Pop” (Roni). Outra fala: “Morador de rua anda bem vestido, tem dinheiro, faz bico. Estar na rua não é o mesmo que ser pobre” (Marcos).

Vistos como pobres pela Mídia e pelo Estado, esses sujeitos buscam distanciar-se da temática pobreza. Falam sobre experiências negativas com relação às formas de visibilidade de que são objeto, que fazem com que estejam sempre na periferia dos sentidos e mais concretamente às margens da sociedade, mas recusam as nomeações que consideram indevidas a eles, transferindo a condição de pobre ao Outro que julgam mais desfavorecido, como os que não têm com que se

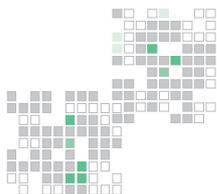
alimentar (caso das pessoas em situação de rua) ou os que não têm aonde morar (caso dos moradores do Coque).

Esse deslocamento discursivo, entretanto, não tira essas pessoas desses territórios de invisibilidade: continuam periféricos e sujeitos formas de produção de inexistência. Uma palavra emerge nesse e desse cenário como central na semantização da pobreza pelos participantes do núcleo População: carência.

Por parte da população em situação de rua, pobreza e miséria podem ser resumidas como pessoas carentes de comida, fé, saúde e educação. Por parte da Comunidade do Coque, pobreza e miséria podem ser traduzidas como carência de moradia, emprego, saúde, saneamento básico, educação. Não se trata, entretanto, de uma carência vista pela perspectiva assistencialista. Seus sentidos são encontrados com mais nitidez na interface com os sentidos do negligenciamento em saúde e em comunicação.

Os participantes da pesquisa perceberam e semantizaram o negligenciamento como carência. Assim, não estamos despolitizando o assunto ao falar em carência. O discurso dessas pessoas não é o do pobre como alguém que deve receber políticas compensatórias, mas do pobre como alguém que vive sob condições de negligenciamento, na saúde, na comunicação (direito a voz) e em sua vida como cidadão.

A etimologia da palavra negligência está ligada à falta de atenção ou cuidado. Negligenciar é não dar atenção, menosprezar, até mesmo esquecer. As pessoas nessas situações de carência vivem essa negligência. Reafirma-se, portanto, a iniquidade de não tornar visíveis as múltiplas carências dessa população. Sendo a invisibilidade da ordem comunicacional, podemos afirmar, com Araujo, Moreira e Aguiar (2012), a estreita relação da comunicação com o negligenciamento a que estão submetidas essas pessoas e que resultam em fome, desemprego, falta de moradia, de



5. Alguns pontos de chegada

A análise dos discursos nesta pesquisa opera como revelador para a análise social da pobreza, ressaltando o confronto de relações de poder da sociedade. Nos últimos anos, jornais e revistas nacionais publicaram matérias apontando o agravamento da situação de pobreza no Brasil. Segundo a revista Istoé (2018), o número de pessoas em situação de pobreza no Brasil subiu de 52,8 milhões em 2016 para 54,8 milhões em 2017.

O aumento tem deixado setores preocupados com o possível retorno do país ao Mapa da Fome. Ao deixar a relação de países que têm mais de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendável, o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU em 2014. Naquela época, o país foi citado como caso de sucesso no esforço pela redução da fome.

Atualmente, entretanto, os números crescentes de pobreza apontam que o país já voltou ao Mapa da Fome. Os dados fazem parte do relatório sobre o estado de insegurança alimentícia em todo o mundo, publicado pela ONU em 2014.

Sobre o Brasil Sem Miséria, é possível afirmar que, até a finalização da pesquisa, o Programa não havia sido extinto, formalmente, da agenda política brasileira. Porém, as mudanças políticas ocorridas nos últimos anos, incluindo o afastamento de Dilma Rousseff (PT), no dia 12 de maio de 2016, a ascensão do vice Michel Temer (PMDB) à presidência da República e a eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022) como seu sucessor deram início e vêm consolidando uma abordagem política do tema que fortalece o Agronegócio e retira apoio à pequena produção de alimentos. O Ministério de Desenvolvimento Social, responsável por políticas sociais dessa natureza, foi incorporado ao Ministério da Cidadania (união do Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura) e o desemprego atinge altos patamares. Agravando o cenário propício à fome, o evento da pandemia Covid-19 destabilizou ainda mais a economia do país e grandes parcelas da população estão vivendo com um pre-

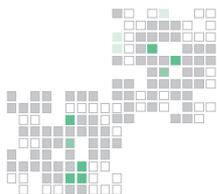
cário e instável subsídio do governo. Da política pública que prevê esse subsídio emergiu um termo – os “invisíveis” – que remete de forma aguda ao tema desigualdade de grande parte da população do país e à sua crônica falta de reconhecimento pelo poder público.

A dimensão simbólica dos processos sociais geralmente é ignorada no conjunto das análises e, no entanto, quanto de realidade é construída pela força dessa dimensão!

Nosso objetivo foi entender melhor a dimensão simbólica da miséria, por entender que essa dimensão é constitutiva da própria miséria, por orientar políticas de reconhecimento e de intervenção. Discursos sobre a miséria participam da configuração das desigualdades em saúde e estão em permanente disputa de sentidos, na qual a voz mais autorizada é a do Estado, secundada pela da Mídia, que atua na sua visibilização, reforçando um dispositivo que privilegia a dimensão econômica.

Reiteramos a importância da comunicação como fator que evidencia as desigualdades. Os muitos movimentos que vêm conseguindo a atenção da sociedade e dos representantes do Estado para a temática da pobreza em todo o mundo iluminam cenários e reverberam nos meios de comunicação. Porém, esses movimentos ainda são tímidos do ponto de vista de pensar a comunicação também como um direito humano que influencia decisivamente nas condições de vida de uma população e nas suas relações com a pobreza. São tímidas, também, as produções, sejam elas do Estado ou da Mídia, que consideram os discursos da própria população tida, em uma primeira vista, como pobre.

Nesse sentido, registramos o nosso acerto em escolher moradores de periferias como sujeitos da pesquisa. Seria inviável trabalhar com a temática pobreza sem levar em consideração aqueles que habitam territórios periféricos, físicos e simbólicos. Conforme nos lembra Pinto (1999, p.87), “as narrativas têm um papel central no que se chama de natureza humana. As histórias contadas pelas



pessoas são fundadoras de sua identidade social e a construção de uma história de vida é crucial para nossa auto-identidade”.

Nessas narrativas, ao considerar “pobre” o Outro, num só movimento enunciativo afastam-se da (hiper)visibilidade/(in)visibilidade atribuída socialmente à pobreza e objetificam aquilo que pode ofender e humilhar. Esse é um silêncio feito de palavras, um silêncio tático, uma forma de evitar o sofrimento e a dor (Orlandi, 2007).

Vistos como membros de um grupo pobre pela sociedade, esses sujeitos buscam distanciar-se

dessa condição. Falam sobre experiências negativas com relação às formas de visibilidade de que são objeto, que fazem com que estejam sempre na periferia dos sentidos, mas recusam as nomeações que consideram indevidas, transferindo a condição ao Outro que julgam mais desfavorecido. Esse deslocamento discursivo, entretanto, não tira essas pessoas desses territórios de invisibilidade e reforça a importância de mais estudos em que possam ser ouvidos e levados em consideração. A comunicação se mostra essencial para o enfrentamento das desigualdades sociais em saúde.

Referências

- ARAUJO, Inesita Soares de. *Mercado simbólico: interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas*. Tese (Doutorado em Comunicação). Rio de Janeiro, 2002, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação.
- ARAUJO, Inesita Soares de.; MOREIRA, Adriano De Lavor; AGUIAR, Raquel. *Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada*. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, v.6, n.2, p.1-11, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BRASIL. Decreto n.º 7.492, de 2 de junho de 2011a, *Institui o Plano Brasil Sem Miséria*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jun. 2011a. Seção 1. p. 6-7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm>. Acesso em 01 de março de 2016.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. *Fome Zero – A Experiência Brasileira*. Brasília, DF: MDA, 2010a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Fome Zero – Uma História Brasileira*. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, 2010b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O Brasil Sem Miséria*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Brasil Sem Miséria*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011b.
- BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 2007. [acesso em novembro de 2020]; vol.17, n.1, pp.77-93. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-73312007000100006&script=sci_abstract&tlng=pt
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20ª ed. São Paulo, Ed. Loyola, 2010.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero - documento síntese*. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.
- ISTOÉ. *Número de pobres cresce a 52,8 milhões no Brasil*. Brasil, 5 de dez. 2018.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Editores da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- ONU. *The Millennium Development Goals Report*. United Nations. New York, 2015.
- ONU. *The state of food insecurity in the World. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Rome, 2014.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, Ed. da Unicamp, 2007.
- PAES-SOUZA, Rômulo. *Plano Brasil Sem Miséria: Incremento e mudança na política de proteção e promoção social no Brasil*. IPC-IG Working Paper, n. 113, 2013.
- PINTO, Milton José. *As marcas linguísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro: Numn, 1994.
- PINTO, Milton, José. *Comunicação e Discurso - Introdução à análise de discursos*. São Paulo: Ed. Hackers; 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, In: SANTOS, Boaventura de Souza. (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. São Paulo: Cortez Editora, 777-821, 2004.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2006. 273p.
- SANTOS, Milton. *O país distorcido*. In: RIBEIRO, W.C. (Org.). São Paulo: Publifolha, 2002.

